



# OPERAÇÃO TABAS

**Léo Fonseca e Silva**

*Capitão-de-Mar-e-Guerra (IM—R.Rm.) Assessor da Escola de Guerra Naval, Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*

O mundo inteiro ficou surpreendido quando, no dia 26 de abril o governo dos Estados Unidos anunciou que fracassara uma tentativa de libertação dos reféns que estão no Irã. A surpresa foi bem maior quando se soube que não fora um fracasso qualquer, mas um resultado com forte sabor de derrota, pois grande parte do material aéreo tinha sido abandonado e haviam ocorrido oito mortes.

Como? indagavam todos, como puderam os americanos, tão organizados em tudo (é esta a idéia que faz a maioria das pessoas), cometer tantos erros ou imperfícias de uma só vez?

Essa estupefação, da qual não fugimos, levou-nos a examinar com mais cuidado essa operação, e achamos que ela merece um estudo mais sério.

Em nossa análise, louvamo-nos tão somente nas informações disponíveis pelo grande público, surgidas nos princi-

pais periódicos brasileiros. Se novas e diferentes informações vierem a público, é lógico que muito do que dissermos poderá ficar ultrapassado; mas, enquanto tal não acontece, tentemos, de maneira fria e desinteressada, fazer uma análise da fracassada "Operação Tabas".

## O CONTEXTO POLÍTICO

A ocupação da embaixada americana em Teerã é um fato inaceitável dentro das normas já seculares da diplomacia internacional. Não importa que seja verdadeira a acusação iraniana de que a embaixada era um ninho de espionagem: afinal de contas, todas as representações diplomáticas o são, em certa medida, e isso depende da situação do momento, dos interesses do país em causa, das atitudes do governo junto ao qual a representação funciona etc.

O Irã poderia, dentro dos usos e costumes diplomáticos, solicitar a retirada

dos funcionários americanos considerados indesejáveis, fechar a legação, romper relações e praticar outros atos permissíveis dentro do direito positivo e consuetudinário internacional.

Violações de embaixadas ocorrem, e sempre ocorreram, mas geralmente os governos dos países onde tais fatos acontecem logo se apressam a declarar que tais infrações não tiveram o seu beneplácito (mesmo quando não há sinceridade nisso); no caso do Irã, porém, o governo ratificou, sem pudor, a violação feita por um grupo de estudantes (ou de "estudantes").

É de admirar que não tenha havido um forte sentimento de repulsa por parte dos representantes diplomáticos dos outros países acreditados junto ao governo do Irã, pois a situação exigia não meros protestos verbais, mas uma ação conjunta (só um país, o México, retirou sua representação), pois, afinal de contas, todos estavam ameaçados com o precedente. É curioso lembrar que, na nossa própria História, por muito menos que isso, o corpo diplomático agiu com energia: em 1864, tendo Lopez se recusado a fornecer passaportes ao ministro brasileiro, que protestara contra o apresamento do navio "Marquês de Olinda", todos os legatários estrangeiros, decano à frente, representaram ao presidente paraguaio exigindo o cumprimento do direito internacional. Mas os tempos mudaram... e o Irã tem petróleo!

A ocupação da embaixada americana escandalizou também em outro sentido: ninguém podia compreender como os Estados Unidos, primeira potência mundial, aceitavam tão passivamente esse fato. Hoje, sabe-se que logo nos primeiros dias, começou o governo norte-americano a estudar as possibilidades de um res-

gate à viva força, a par de outras medidas no sentido de resolver a crise. E aqui cabe a primeira crítica aos Estados Unidos: esperaram tempo demais para agir *manu militari*, tempo esse que não só comprometia as possibilidades de êxito, mas também, e principalmente, o prestígio norte-americano no mundo.

O fato é que, quando a decisão foi tomada, era certamente muito tarde. E é fato também que tal decisão não foi ditada pelo agravamento da crise internacional nem tampouco por humanitárias considerações em relação aos prisioneiros, mas em virtude da política *interna* dos Estados Unidos: Carter precisava de um êxito espetacular para garantir sua vitória nas eleições presidenciais. Se a operação tivesse sido bem sucedida, o futuro político do presidente estaria assegurado. Não fora por outro motivo que, preocupado com essas mesmas eleições, não tomara antes a decisão de recorrer à força, só o fazendo quando percebeu que a opinião pública começava a desejar tal solução.

Assim, observa-se mais uma vez (como se a História já não fosse pródiga em exemplos) a *nefasta interferência da política partidária na solução de um problema militar. Esta é a primeira grande lição a tirar do episódio.*

## A LINHA DE AÇÃO ADOTADA

Decidida a operação, há muitas indagações a fazer. Por exemplo, por que o governo dos Estados Unidos não aceitou o oferecimento israelense, que, segundo consta, teria sido feito poucos dias depois da invasão da embaixada? Orgulho nacional? Pouco caso pela experiência alheia? Receio de novas complicações com os países árabes?

O único motivo sério, em tal emergência, para não aceitar essa ajuda, seria o argumento de que a operação que se ia tentar era fundamentalmente diferente do espetacular "raid" de Entebe. Mas é lógico que teria que ser diferente; a História Militar mostra, a sociedade, que não se copiam operações militares; mas também prova, à exaustão, que a experiência real é o melhor caminho para se encontrar a solução de um novo, mesmo muito diferente, problema militar. Se, em Entebe, os reféns estavam no aeroporto, o que facilitava enormemente o resgate, é também verdade que a distância a vencer era muito maior e os israelenses não dispunham dos abundantes meios americanos.

A tentativa de resgate dos reféns de Teerã tinha que observar o Princípio da Surpresa, nisso todos estão de acordo; então, o da Segurança tinha que ser um tanto preterido; como veremos, tal não parece ter ocorrido. O plano faz supor que também se infringiu o Princípio da Simplicidade, aliás geralmente muito esquecido nos planos militares. Se não, vejamos.

Haveria nada menos que quatro deslocamentos, pelo que se soube até agora, para chegar ao objetivo. O primeiro, simultâneo, dos helicópteros partindo do Navio-Aeródromo "Nimitz" e dos aviões C-130 decolando do Egito, tendo como destino o deserto de Tabas (como só esse primeiro movimento chegou a ser feito, é difícil avaliar os seguintes). O segundo, de Tabas a um ponto adrede escolhido na região montanhosa ao norte do Irã, o que faz supor algum auxílio local (seria dos curdos?); tal movimento seria helitransportado, enquanto os aviões voariam para algum lugar (Oman talvez). O terceiro lance desse complicado jogo de "devagar-se-vai-ao-longo" se-

ria em caminhões até a cidade de Teerã (o que leva à certeza de que haveria ajuda iraniana), onde os soldados ficariam abrigados, por uma noite, em um armazém alugado antecipadamente. E, finalmente, o quarto movimento, desse local até a embaixada, que seria então investida à viva força por terra.

Quando a invasão estivesse se processando, os helicópteros teriam se deslocado da base nas montanhas para Teerã e pousariam no terreno da legação americana, já presumivelmente em poder dos atacantes. Em seguida, a retirada de todos (reféns e soldados) por via aérea para o deserto de Tabas (abandonando portanto os caminhões), aonde já deveriam ter voltado os C-130. E, então, a salvadora viagem aérea, com o abandono dos helicópteros.

Um plano de ataques pela aviação embarcada americana estaria pronto para ser acionado em caso de reação da força aérea iraniana e/ou para confundir o inimigo, como também, certamente, para proteger a retirada. Haveria, possivelmente, um plano de sabotagem a ser desencadeado junto com a operação de resgate, a fim de confundir as forças de segurança do Irã.

Os efetivos a serem empregados seriam pequenos: menos de 100 homens para o ataque, 8 helicópteros e 3 C-130; sem dúvida, todo o pessoal era magnificamente adestrado e o material o melhor possível.

## ANÁLISE DA OPERAÇÃO

Para um golpe de mão parece adequado o tamanho da força, pelo menos à primeira vista; se essa tropa fosse diretamente, ou com uma parada no máximo, ao seu objetivo, compreende-se que a conciliação dos Princípios do Objetivo,

da Surpresa, da Massa e da Simplicidade pareça bem feita. Mas o último parece seriamente prejudicado pelas quatro etapas até chegar ao objetivo; e o da Surpresa também, pois o ataque à legação americana só seria feito no quarto dia da penetração em território iraniano.

É bem verdade que o governo americano estava informado acerca da pequena eficiência do sistema de vigilância do Irã: a maior parte dos sensores estavam inoperante por falta de manutenção e de pessoal habilitado. A capacidade de reação das forças armadas iranianas, especialmente a Força Aérea, também era bem conhecida pelos norte-americanos. Tanto isso é verdade que o governo do Aiatolá só tomou conhecimento da fracassada incursão pela própria divulgação feita pelo governo dos Estados Unidos. Não merece credibilidade a informação iraniana de que a retirada foi ordenada por Carter porque a presença americana fora descoberta.

Já bem mais verossímil é a notícia de que satélites soviéticos teriam captado mensagens-rádio entre a força incursora e o Pentágono, e um aviso teria sido feito ao governo iraniano. Mas, que mensagens?

Teriam os americanos cometido a extrema imprudência de manter um tráfego rádio numa operação desse tipo? Se a surpresa era o elemento principal da ação, como explicar semelhante anomalia? Afinal, os japoneses quando foram atacar Pearl Harbour ou os israelenses quando incursionaram até Entebe só usaram o rádio receptor, nunca o transmissor, até a concretização do propósito.

Se a força que devia executar a missão não tinha necessidade de comunicação com Washington ou com o porta-aviões, das duas uma: ou a sincronização

das várias ações era imperfeita ou as altas autoridades não quiseram dar grande liberdade de ação aos executantes.

Nesta segunda hipótese reside um dos grandes problemas militares do mundo atual. Com medo de provocar uma guerra "por engano", ou seja, pela errada iniciativa de um subordinado, existe uma tendência atual de se cercar a liberdade de ação dos executantes de uma missão; isso é extremamente facilitado pela presteza de comunicações instantâneas existentes em nossa época. Para exemplificar, no caso específico das marinhas, um comandante no mar hoje não tem nem sombra da ampla autoridade que já desfrutou no passado; desnecessária essa autonomia, dirão muitos, na Marinha a vela tinha que haver ampla liberdade de decisão em todos os escalões pela dificuldade de comunicação. Argumento no mínimo discutível, se considerarmos que tudo é relativo, conforme a época.

Se é verdade que os elementos da força incursora dependiam de comunicação rádio com o Pentágono ou com quem quer que fosse, eis a *segunda grande lição* a tirar do episódio: *uma vez dada a missão, o executante tem que dispor de ampla liberdade de ação*. O erro é inerente às missões militares. Pretender coordenar de longa distância todas as ações, mesmo com o uso de moderníssimos meios de comunicação, é condenar uma operação longínqua ao fracasso. E não faz diferença se esse controle é exercido por medo de mal maior (como seria no caso dos americanos) ou pelo receio de excessiva ausência de controle político-ideológico (como parece ser o caso dos soviéticos).

Voltemos à operação em si. A perplexidade aumenta a cada passo para um analista atento. Se 6 helicópteros eram o número considerado mínimo para o êxi-

to da operação, é evidente que se 3 sofreram "pane", a missão estava condenada.

Deixando de lado a estranheza por tantas avarias em tão pouco tempo, que fez muita gente suspeitar de sabotagem, por que só foram empregados 8 helicópteros? A resposta que temos é que o NAe "Nimitz" não dispunha de maior número. Então, a operação foi mal planejada ou, o que é pior, resolvida de afogadilho. Não podiam os Estados Unidos deslocar para a área, com a necessária antecedência, um número de aeronaves bem maior do que o que foi usado? Se 6 eram o mínimo, por que não usar 18, ou pelo menos tê-los à mão?

O ataque à embaixada por terra também causa espanto, pois parece ser a forma menos adequada para a conquista da legação diplomática. Dificilmente um assalto dessa natureza poderia ter êxito.

Seria, então, muito mais adequado (sem menosprezar, em momento algum, os grandes riscos da operação) o assalto direto e noturno pelo ar, ou com os helicópteros pousando à viva força ou pelo lançamento de um grupo de pára-quedistas de precisão. Por maior que fosse o barulho produzido pelos helicópteros, os "estudantes" que guardavam a embaixada teriam muito mais dificuldade ante um ataque vindo do ar; isso, sem falar no efeito moral de ter de combater

de baixo para cima diante de um tronejante inimigo; o ruído dos helicópteros poderia até ser uma vantagem!

Salto de precisão com pára-quedistas adestrados poderiam deixar alguns homens no telhado da embaixada; isso é possível mesmo à noite. Donde saltariam os pára-quedistas? De aviões, obviamente; e por que não de planadores? Os americanos desembarcaram unidades inteiras por esse meio na invasão da França em 1944; o problema aqui seria a disponibilidade de um ponto de partida em terra, mais próximo que Omã ou o Egito. De qualquer maneira, o assalto aeroterrestre também seria surpreendente.

Tudo era uma questão de opção. O ataque por terra, com o deslocamento de caminhões parece-nos a mais difícil e menos simples, além de oferecer maiores possibilidades à defesa.

Quanto ao abandono do material, que já estava previsto, deixa bem claro que os americanos estavam dispostos a pagar um preço alto pelo êxito da ação. Então, o que houve mesmo foram: previsão e planejamento inadequados para uma operação que, embora muito difícil, era exequível.

E encerramos com a *terceira grande lição: ao se fazer um planejamento militar é sempre preferível errar para mais, nunca para menos. Erros sempre haverá, na guerra ganha quem menos erra!*